

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS NO PROCESSO DE CONCESSÃO DO
CRÉDITO BANCÁRIO**

ACÁCIO MUND CARREIRÃO

Florianópolis(SC) – 2001.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS NO PROCESSO DE CONCESSÃO DO CRÉDITO
BANCÁRIO**

Trabalho de conclusão de Curso, submetido ao Departamento de Ciências Contábeis do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis


Acadêmico: Acácio Mund Carreirão
Orientador: Prof. Vladimir Arthur Fey

Florianópolis(SC) – Junho de 2001.

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DO CAPITAL, NO PROCESSO DE CONCESSÃO DO CRÉDITO BANCÁRIO

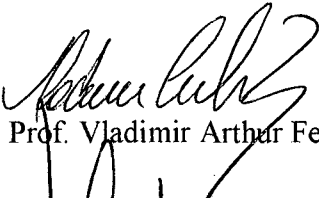
AUTOR: Acácio Mund Carreirão

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média 10,0, atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo nominados

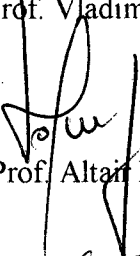


Prof. Luiz Felipe Ferreira
Coordenador de Monografia do CCN

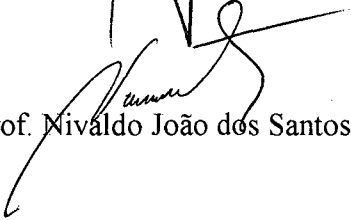
Professores que compuseram a banca:



Presidente: Prof. Vladimir Arthur Fey



Membro: Prof. Altair Borgert, Dr



Membro: Prof. Nivaldo João dos Santos, M.Sc

“ A verdadeira satisfação da pessoa provém da certeza de ter dado o melhor de si. Olhando-se no espelho, terá orgulho de si. Tendo feito o melhor, pode esperar o resultado em paz.”

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Num momento tão importante como este, inúmeras são as lembranças que me vem à cabeça, as quais me fazem refletir e sentir a necessidade de agradecer àqueles que, de uma forma ou de outra, colaboraram com minha formação e ajudaram-me a vencer mais esta etapa de minha vida.

Agradeço, inicialmente, a Deus, que sempre esteve ao meu lado, mostrando e iluminando o caminho a ser seguido.

A meus irmãos Anita, Elaine, Cláudio e Sílvio, que com as inúmeras demonstrações que me deram de amor e carinho, desde nossa infância, ensinaram-me que o sustentáculo maior da formação de uma pessoa se constrói a partir da união e felicidade próprias de uma grande família.

Outro agradecimento que não posso deixar de registrar, é para meus prezados padrinhos e tios Rubem e Eliana, que viabilizaram meus estudos no Colégio Catarinense, colaborando, sobremaneira, com minha formação escolar.

Agradeço, também, ao Professor e, acima de tudo, grande amigo Vladimir, que com seu conhecimento e competência foi de suma importância para a execução do trabalho que ora apresento.

Manifesto, ainda, um muito obrigado, todo especial, a 5 pessoas por quem tenho o maior amor e consideração possíveis.

A meus queridos e amados Pais, José e Neusa, pessoas em que sempre procuro me espelhar, exemplos de retidão e bondade, que me propiciaram uma educação excepcional, calcada na dignidade, caráter e respeito. Ambos, tenho certeza, estão felizes e orgulhosos pela vitória que ora alcanço, cujo sabor seria melhor se meu Pai ainda estivesse conosco.

Finalmente, agradeço a minha amada esposa Maria Beatriz e a meus queridos filhos Felipe e Beatriz, que sem dúvida são minha razão de ser e viver, os quais, com o carinho com que me tratam, dão a força necessária para vencer os desafios diários. Assim, posso dizer que não sei se sou um grande homem, mas tenho, com certeza, por trás de mim, uma grande mulher e uma excepcional família.

A todos, meu muito obrigado .

SUMÁRIO

RESUMO	vii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Tema	1
1.2 Problema	1
1.3 Justificativa	2
1.4 Objetivos	4
1.4.1 Objetivo Geral	4
1.4.2 Objetivos Específicos	4
1.5 Metodologia de Pesquisa	5
1.6 Limitações	6
1.7 Organização do Trabalho	7
2. EMBASAMENTO TEÓRICO	8
2.1 Sistema Financeiro Nacional	8
2.1.1 Origem	8
2.1.2 Evolução	9
2.1.2.1 Do Império aos primeiros anos da República	10
2.1.2.2 O período das guerras e da Depressão	11
2.1.2.3 Do pós-guerra às reformas de 1964-65	12
2.1.2.4 Das reformas aos dias atuais	13
2.1.2.5 Plano Real	15
2.1.2.6 Resolução BACEN 2682	16
2.2 Demonstrações Contábeis	18
2.3 Os C do crédito	20
2.3.1 O C capital	22
3. ESTUDO DE CASO	26
3.1 Os C do crédito classificados pelo grau de importância	27
3.2 Importância da análise de Balanço e dos índices para o processo	28
3.3 O grau de relevância de cada grupamento de índices	29
3.4 Aspectos insatisfatórios das Demonstrações Contábeis	31

3.5 O incremento no volume de concessão de crédito bancário	32
3.6 A Resolução 2682 e o processo de concessão de crédito	33
4.CONCLUSÃO	35
5.BIBLIOGRAFIA	38
ANEXO	40

RESUMO

O mercado bancário caracteriza-se por uma forte concorrência, na qual as instituições participantes procuram incrementar sua carteira de clientes e os resultados obtidos, a partir do oferecimento de produtos e serviços de qualidade, além de oferecerem, dentro do possível, taxas atrativas às aplicações que venham a ser efetuadas.

Os valores recebidos em depósito são imediatamente disponibilizados a outros clientes que necessitam de recursos financeiros, através de empréstimos, o que gera a conhecida intermediação financeira.

Este trabalho de monografia pretende, num primeiro momento, apresentar a evolução histórica da atividade bancária no país, notadamente a da captação e disponibilização de recursos, enfocando as diversas mudanças ocorridas na estratégia de atuação das instituições financeiras.

Numa segunda etapa, apresenta-se estudo sobre a necessidade de uma correta verificação da capacidade que o cliente pretendente ao crédito tem de, efetivamente, cumprir com o compromisso financeiro que almeja assumir. O enfoque utilizado tomará como base a filosofia dos C do crédito, com ênfase para o C Capital.

No que tange ao estudo de caso, serão comentadas entrevistas efetuadas junto a 3 bancos comerciais, nas quais procurou-se aferir e confirmar a importância que aquelas instituições dão para a análise do C Capital dos clientes que pretendem tomar recursos emprestados.

Assim, esta monografia visa a apresentar conclusões claras e objetivas a respeito do processo de concessão de crédito bancário, atividade esta que deve ser realizada tomando por base aspectos eminentemente técnicos, com destaque para a análise econômico-financeira das empresas tomadoras de empréstimos.

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA

A principal atividade de um Banco é a intermediação financeira, realizada com os recursos que lhe são depositados pelos clientes, sendo tais valores disponibilizados, mediante empréstimos, àquelas empresas ou pessoas físicas em geral que, momentaneamente, necessitam. Esta função é a que gera aos Bancos a maior parte de suas receitas operacionais.

Considerando a acirrada concorrência existente no mercado financeiro, é premente a necessidade de que ao conceder um empréstimo o Banco adote todas as medidas pró-ativas possíveis, que possibilitem analisar a capacidade financeira do proponente, dando-lhe a tranqüilidade de que dentro do cronograma pactuado receberá os pagamentos previstos, sem necessidade de recorrer à esfera judicial.

Dentro deste enfoque, diversos autores, tais como Schrickel, Iudícibus e Marion, abordam os chamados C do crédito (Capital, Caráter, Condição, Capacidade, Colateral e Conglomerado), indicando aspectos que devam ser observados pelas instituições financeiras, quando do estudo de proposta formulada por cliente para obtenção de empréstimo. No que tange à citada filosofia, o Capital revela a situação econômica-financeira do cliente. O Caráter diz respeito à determinação do devedor em pagar o empréstimo no cronograma pactuado. A Capacidade refere-se ao conhecimento que os administradores da empresa que pleiteia o financiamento, tem do ramo em que a organização atua. O Colateral analisa as garantias que são oferecidas à operação que se pretende contratar enquanto que o Conglomerado enfoca a estrutura de cargos e funções do grupo econômico do qual a empresa que pretende obter o empréstimo faz parte.

1.2 PROBLEMA

Os índices resultantes da análise de Balanço e seu estudo e interpretação, tem por objetivo aferir a situação econômico-financeira relativo ao C Capital de uma empresa, indicando, dentre

outras, a condição que esta possui de tomar créditos disponibilizados pelos Bancos Comerciais e de Investimento.

Conforme mencionado anteriormente, existem, entretanto, os demais C (Caráter, Condição, Capacidade, Colateral e Conglomerado), que sugerem considerar no processo de análise e concessão de créditos, critérios que não contemplam em sua essência o aspecto econômico-financeiro da empresa que pleiteia a obtenção de empréstimo.

Considerando o acima exposto, este trabalho tem por finalidade responder a seguinte questão: É o C Capital o critério considerado mais importante, comparativamente aos demais C, no processo de análise e concessão de crédito ?

1.3 JUSTIFICATIVA

As mudanças constantes na economia, como alta na taxa de juros, crescimento do desemprego, aumento da inflação, dentre outros, trazem conseqüências ruins àqueles que vivem em sociedade. Da mesma forma, outras alterações ocorrem no cenário econômico, facilitando o crescimento e desenvolvimento da população em geral.

As pessoas que possuem alguma renda fixa, bem como as empresas que estão em atividade, normalmente recorrem aos serviços bancários, quer para guarda de seus recursos ou para efetuar aplicações que visam a obtenção de receita financeira ou, ainda, no intuito de tomar empréstimos que possibilitem alavancar seu desenvolvimento, como, também, recuperar sua saúde financeira.

Os Bancos, por sua vez, vivem num mercado altamente competitivo, no qual para sobreviverem tem de realizar grande quantidade de operações, sendo o risco uma característica inerente a cada uma delas.

Do rol de serviços oferecidos, a intermediação financeira, além de ser uma das mais antigas, está, provavelmente, dentre aquelas que geram a maior receita operacional.

Isto posto, se a economia estivesse forte e em constante crescimento, a atividade dos Bancos seria facilitada, em vista de que os empréstimos obtidos seria destinados basicamente a financiar o desenvolvimento das empresas e grupos econômicos, além do fato de que o risco anteriormente citado seria praticamente nulo, dispensando-se, portanto, a necessidade de análise criteriosa na ora da concessão.

Entretanto, nossa economia vive uma situação oposta, na qual as empresas que buscam empréstimos bancários o fazem, normalmente, como recurso último para manutenção de seu giro e, por conseguinte, de suas próprias atividades.

Os Bancos, por sua vez, vivem um paradoxo por vezes complicado, pois ao mesmo tempo em que precisam ter como clientes empresas que gerem empregos e utilizem seus serviços, não podem fornecer crédito sem a perspectiva de que no momento da contratação do empréstimo, a tomadora tenha as condições de cumprir o cronograma pactuado para retorno do capital.

Assim, é importante para as Instituições Financeiras a análise criteriosa das Demonstrações Contábeis das proponentes, não só no sentido de embasar a decisão acerca da concessão do crédito, bem como com o fito de prestar assessoria àquelas empresas, orientando-as acerca das ações que devem desenvolver para melhorar sua saúde financeira.

Uma das formas utilizadas para verificar a condição de um cliente de assumir compromissos financeiros, é analisar os C do crédito do referido proponente, elaborando seu perfil econômico-financeiro, o que dá ao Banco melhores condições de decidir sobre o pleito que lhe está sendo efetuado.

Este trabalho, portanto, visa a apresentar situações práticas do dia-a-dia dos Bancos, buscando verificar se estes se valem dos índices de análise de Balanço ou se a concessão do crédito por estas Instituições é pautada na consideração de critérios subjetivos.

O que um Banco pode e deve buscar é alavancar o desenvolvimento econômico da sociedade, concedendo crédito àqueles que mereçam, permitindo assim a manutenção dos empregos e geração de receitas por parte das empresas, com conseqüente direcionamento destes recursos para o Banco com quem estas Organizações se relacionam. Para que tal fato aconteça, entretanto, é primordial que a concessão do crédito se faça de forma criteriosa e competente, tomando por base essencialmente os índices de análise de Balanço.

O estudo que ora se inicia, procurará mostrar a importância da análise e consideração dos índices econômico-financeiros para os Bancos, como fornecedores de crédito e sustentáculos do desenvolvimento econômico.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 OBJETIVO GERAL

Verificar a importância atribuída à análise do C Capital, no processo de concessão do Crédito Bancário, comparativamente à ênfase dada a outros aspectos na referida atividade.

1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Discorrer sobre as origens e as fases do Sistema Financeiro Nacional;
- Conceituar os C do crédito;
- Verificar o nível de conhecimento da filosofia dos C do crédito, por parte dos funcionários das Instituições Bancárias que atuam na área de empréstimos e concessão de crédito;
- Observar a importância dada ao C Capital, comparativamente aos demais C;

- Verificar como funciona na prática a análise de Balanços de exercícios sucessivos;
- Identificar o grau de relevância e as limitações da utilização dos fundamentos do C Capital como critério para concessão de crédito;
- Levantar as conseqüências sofridas pelo processo de concessão de crédito, a partir de 22/11/1999, quando da entrada em vigor da Resolução BACEN 2682.

1.5. METODOLOGIA DE PESQUISA

A base do estudo que ora se inicia é a pesquisa, pois a partir dela é possível identificar a importância da análise do C Capital no processo de concessão do Crédito Bancário

No intuito de conceituar o que é pesquisa, pode-se apresentar o entendimento que MARCONI e LAKATOS(1996:15) tem a respeito, qual seja, “Pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um trabalho científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para se descobrir verdades parciais”

Dentre as diversas formas de pesquisa existentes, deve-se utilizar aquela que melhor se enquadra no tipo de trabalho que se está desenvolvendo e que atende as necessidades para se atingir o objetivo que se pretende alcançar.

Tendo em conta estes parâmetros, será utilizada a pesquisa qualitativa, a qual considera a existência de uma relação entre a realidade do mundo atual e o sujeito que nela está inserido. Este tipo de pesquisa dispensa o uso de métodos e técnicas estatísticas no trabalho dos resultados.

No desenvolvimento deste estudo o método de pesquisa a ser utilizado é o estudo de caso. Segundo SALOMON (1978:144) esta sistemática é “Uma espécie de investigação descritiva, que tem interesse voltado para a história e o desenvolvimento do caso, pessoa, família, grupo, instituição social. Estuda a interação dos fatos que produzem a mudança”

Desta forma, busca-se relacionar os fatos observados, com as teorias e conceitos formulados acerca do assunto pelos autores da área.

O trabalho de pesquisa será desenvolvido mediante visita a 3 Bancos Comerciais. Será observado, naquelas instituições financeiras, o fluxo de atividades do setor responsável pela concessão de crédito, sendo utilizado um formulário de entrevista. Este tipo de instrumento é conceituado por CERVO e BERVIAN (1985:15) como “ Uma lista informal, catálogo ou inventário destinado à coleta de dados resultantes quer de observações, quer de interrogações, cujo preenchimento é feito pelo próprio investigador”

As perguntas serão do tipo abertas, formuladas em um questionário semi-estruturado, que está anexo a este trabalho, dando espaço à manifestação livre dos entrevistados, procurando-se dessa forma colher o maior número possível de informações acerca do assunto tema deste estudo.

1.6 LIMITAÇÕES

O trabalho apresentando, tem algumas limitações no seu desenvolvimento, notadamente no que tange às pesquisas realizadas.

A primeira limitação está no fato de que o processo de concessão de crédito que será estudado é aquele destinado a empresas, não se levando em contanto critérios e aspectos observados no fornecimento de empréstimos a pessoas físicas.

Outro ponto que limita o trabalho, diz respeito à maior atenção que será dada à relevância do C Capital no processo de crédito, em detrimento de uma melhor análise da importância dos demais C no referido serviço bancário.

O último fato delimitador que merece destaque, reside na ressalva de que os resultados que serão obtidos com a realização do estudo, dizem respeito somente aos Bancos visitados, dentre os quais 2 possuem abrangência nacional.

1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho, além da etapa introdutória até aqui apresentada, procura mostrar diversos assuntos importantes relativamente ao processo de concessão de crédito e a importância do C Capital para sua execução.

No embasamento teórico, são abordadas as diversas fases do Sistema Financeiro Nacional, desde sua origem até os dias atuais, dando-se destaque ao Plano real e à Resolução 2682 do Banco central do Brasil – BACEN. Ainda no referido capítulo, são apresentados comentários acerca dos C do Crédito e das Demonstrações Financeiras.

No Estudo de Caso, procura-se apresentar os resultados obtidos com as entrevistas que serão realizadas junto aos 3 Bancos visitados, visando a mostrar da melhor forma possível a influência e importância do C Capital para a concessão de Crédito Bancário.

Finalmente, com base nas pesquisas e entrevistas realizadas, apresentam-se as conclusões e recomendações que o trabalho permitir.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO

Nesta etapa do trabalho, são apresentadas, inicialmente, as diversas fases do sistema financeiro nacional, com ênfase para os fatos ocorridos a partir de 1994, com a edição do Plano Real e, posteriormente, da Resolução BACEN 2682 de 22/12/1999, os quais trouxeram mudanças para o processo de análise e concessão de crédito bancário.

Em seguida são abordadas as Demonstrações Contábeis, cuja análise é necessária para que se possa apurar a situação econômica-financeira da empresa que pretende tomar recursos sob a forma de empréstimo.

Finalmente, encerrando a revisão teórica, faz-se o detalhamento dos C do Crédito, dando-se maior destaque aos aspectos que compõem o C Capital.

2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

No que tange ao Sistema Financeiro Nacional, faz-se, inicialmente, comentários a respeito de sua origem, relacionando-a à vinda da família Real para o Brasil.

2.1.1 ORIGEM

Segundo Rossetti (1983:271), o Sistema Financeiro Nacional, ao longo de sua evolução, passou por 4 fases distintas:

A primeira, mais longa, abrange o fim do período colonial, o Império e os primeiros anos da República; esta fase é passível de pelo menos três subdivisões, demarcadas pelo início da intermediação financeira no período colonial até o final da década de 1830, pelos primeiros anos da década de 1840 até o final do império e pelos primeiros anos da República até o início da Primeira Guerra Mundial. A Segunda abrange o

período das guerras e da Grande Depressão. A terceira, iniciada em 1945, vai até as reformas institucionais de 1964 e 1965. E a Quarta inicia-se com essas reformas, estendendo-se até os dias atuais

O Sistema Financeiro Nacional passou por etapas bastante distintas entre si ao longo dos tempos e, em cada uma delas, sofreu as influências externas próprias de cada um daqueles períodos.

Ainda, segundo Rossetti (1983:271), “A vinda da família real para o Brasil, em 1808, aliada à abertura dos portos e à celebração de novos acordos comerciais, tornou necessária a implantação de um mercado financeiro capaz de dar assistência às atividades de importação e exportação largamente incentivadas no período”

Do registro efetuado pelo autor, infere-se que, historicamente, foi grande a importância da vinda da família real para o surgimento do Sistema Financeiro no Brasil. A partir daquele momento, a intermediação financeira efetivamente passou a existir no País, sendo que transações econômicas, de importação e exportação, até então praticadas em menor escala, sofreram expressivo incremento. Tal fato foi relevante, também, para a inserção definitiva do Brasil no mercado internacional.

2.1.2 EVOLUÇÃO

A abordagem apresentada busca comentar as fases vividas pelo Sistema Financeiro Nacional, procurando-se apresentar os fatos marcantes de cada período.

2.1.2.1 DO IMPÉRIO AOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

A primeira Instituição financeira a funcionar no País foi o Banco do Brasil, fundado em 1808 e tendo iniciado suas atividades no ano seguinte.

Segundo Rossetti (1983:272):

As operações abrangiam, privilegiadamente, o desconto de letras de câmbio; o depósito de metais preciosos, papel-moeda e diamantes; a emissão de notas bancárias a serem resgatadas contra apresentação; as operações de câmbio; a captação de depósitos a prazo, além do monopólio da venda de diamantes, pau brasil e marfim. Mas, a despeito dessa ampla e privilegiada gama de atividades, o Banco restringiu suas operações à cidade do Rio de Janeiro, abrindo uma primeira filial somente em 1818 na Bahia e uma Segunda em 1820 em São Paulo.

A postura das Instituições Financeiras de concentrar suas principais agências e, às vezes, as próprias atividades nos grandes centros, já é adotada desde a origem do Sistema Financeiro Nacional.

Em 1829, após longo período crítico, foi decretada a falência do Banco do Brasil. O principal motivo, segundo Rossetti (1983:272) “Seria sua interligação com o governo. Em vez de cumprir funções básicas de intermediação para o crescimento das atividades produtivas internas, esse Banco converteu-se em fornecedor de recursos para pagar as despesas governamentais”.

Verifica-se, assim, que a prática de alguns governantes de utilizar um Banco estatal para fim diverso daquele para o qual foi criado, já existia na época do Brasil-Império.

A abertura do Sistema Financeiro Nacional consolidou-se a partir de 1853, com o Banco do Brasil, reaberto em 1833, expandindo suas filiais para os Estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Maranhão e Pará.

Rossetti (1983:272) registra que:

A partir do início da década de 1860, as atividades de intermediação financeira no País seriam ampliadas com a chegada dos primeiros Bancos estrangeiros. Os dois primeiros (ambos em 1863) foram o London & Brazilian Bank, com sede no Rio e filiais em Recife e no Rio Grande do Sul, e o The Brazilian na Portuguese Bank, fundado no Rio, com filial portuguesa na cidade do porto.

Pode-se inferir que este foi um dos fatos marcantes da primeira fase do Sistema Financeiro Nacional, sendo interessante observar que a acirrada concorrência entre Instituições nacionais e estrangeiras é característica antiga do mercado Bancário brasileiro.

Rossetti (1983:274) comenta que “No final do Império, a libertação dos escravos alterou substancialmente a ordem econômica e financeira do País, provocando escassez de produtos e a inflação. Tal situação perdurou até 1906, levando muitas casas Bancárias à liquidação” Do registro efetuado pelo autor, observa-se que situações de dificuldades de liquidez por parte de alguns Bancos, levando-os inclusive à falência, já existiam na primeira fase do Sistema Financeiro Nacional.

2.1.2.2 O PERÍODO DAS GUERRAS E DA DEPRESSÃO

Segunda fase do Sistema Financeiro Nacional teve início em 1914, encerrando-se em 1945. No período pode-se identificar alguns processos importantes ocorridos no Brasil e que tiveram significativa importância no mercado Bancário. Dentre estes, destaque para a expansão do sistema de intermediação financeira de curtos e médios prazos, além do disciplinamento, integração e ampliação das margens de segurança da referida atividade no País.

Segundo Rossetti (1983:276):

Durante os anos de 1914 a 1945, as instituições de intermediação financeira no País desenvolveram-se com relativa segurança, ampliando seu raio de ação e dando sustentação às mudanças que se operaram na estrutura de produção do País. A captação de recursos e os empréstimos concedidos pelos Bancos comerciais elevaram-se de forma consistente durante todo o período, não obstante a interrupção (não muito acentuada) dos anos da Grande Depressão.

Pode-se verificar que diferentemente da primeira fase, nesta os Bancos viveram um período de maior estabilidade, que permitiu o incremento de suas atividades e expansão do número de clientes.

Ainda de acordo com Rossetti (1983:278) “Essa expansão das atividades e da rede de intermediação financeira no Brasil seria ainda acompanhada pela criação de organismos incumbidos de fiscalizar os Bancos, disciplinando sua instalação e funcionamento, sendo o primeiro destes órgãos a Inspeção Geral dos Bancos”. É interessante observar que a preocupação em fiscalizar as atividades Bancárias surge, de forma sintomática, imediatamente após a estabilização do Sistema Financeiro Nacional, que permitiu aos Bancos auferirem, já desde aquela época, lucros expressivos, acima da média constatada em outros ramos de atividade.

2.1.2.3 DO PÓS-GUERRA ÀS REFORMAS DE 1964-1965

O período vivido pelo Sistema Financeiro Nacional entre 1945 e 1964 é considerado por Rossetti (1983:279) “Como de transição – um meio caminho entre a estrutura ainda simples de intermediação financeira que se firmou ao longo da primeira metade do século e a complexa estrutura montada a partir das reformas institucionais de 1964-65”. Fica claro que a estabilização do Sistema Financeiro Nacional, citada anteriormente, viabilizou condições para o

desenvolvimento das Instituições Financeiras, que, finalmente, expandiram suas atividades a outros Estados, conseguindo, paralelamente, incrementar a intermediação financeira no País.

Outro fato importante dessa fase foi a criação do Banco Nacional de desenvolvimento Econômico – BNDE que, segundo José Paschoal Rossetti (1983:282) “ Atuará em outra faixa do mercado financeiro, como instituição central de fomento, fornecedora de recursos de longo prazo para projetos de infra-estrutura, decorrentes dos programas de instalação, reaparelhamento ou ampliação dos sistemas de transportes e portos, dentre outras funções”. Cabe ressaltar que este Banco até hoje é de grande importância para o desenvolvimento do País, na medida em que fomenta o crescimento econômico, viabilizando recursos de longo prazo, a baixo custo, para investimentos que, via de regra, geram inúmeros empregos diretos e indiretos.

2.1.2.4 DAS REFORMAS DE 1964-1965 ATÉ 1994

A última fase do desenvolvimento da intermediação financeira no Brasil, iniciou-se, segundo Rossetti (1983:284):

Com a promulgação de três leis que introduziram profundas alterações na estrutura do sistema financeiro nacional. A Lei 4380, de 21 de agosto de 1964, instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários, criando, também o Banco Nacional de habitação; A Lei 4595, de 31 de dezembro de 1964 foi a base de uma verdadeira reforma bancária; Finalmente, a lei 4728 disciplinou o mercado de capitais e estabeleceu medidas para seu desenvolvimento.

Pelo conteúdo das leis, depreende-se que o Sistema Financeiro Nacional sofreu alterações, que mudaram, por completo, a realidade vivida pelo mercado Bancário até então, forçando as instituições Financeiras a buscarem rapidamente sua adaptação às novas regras, sob pena de não conseguirem a manutenção dos resultados até então obtidos.

Ainda segundo Rossetti (1983:284) “Cinco anos após a implantação dessas reformas, o número de estabelecimentos de intermediação financeira no País eleva-se a 10.047, com

expansão significativa da rede Bancária (7.861 estabelecimentos contra os 6.826 de 1964)” Apesar do volume e complexidade das reformas ocorridas, pode-se concluir que estas foram rapidamente assimiladas pela rede Bancária, o que fica claro pelo significativo aumento no número de estabelecimentos, o que pressupõe incremento na base de clientes e, por conseguinte, da quantidade de negócios.

Em 1986, já na chamada *Nova República*, com a edição do *Plano Cruzado*, profundas alterações ocorreram na economia nacional, como mudança da moeda de cruzeiro para cruzado, congelamento de preços e salários, dentre outros.

No mercado Bancário, o Banco do Brasil foi uma das Instituições que mais sofreu mudanças. Segundo Fontanela (1996:50) “A principal delas ocorreu por força de decisão do Governo, que decidiu extinguir a Conta Movimento mantida pelo Banco Central, mecanismo que assegurava ao Banco do Brasil suprimento automático de recursos para as operações permitidas aos demais intermediários financeiros”. A citada mudança, apesar de não ter tal objetivo, acabou restringindo o fomento à atividade agrícola no País, dado a diminuição de recursos disponibilizados ao Banco do Brasil.

Ainda no que diz respeito às alterações ocorridas no referido período, é importante destacar o registro feito pelo Professor Alves Filho (2000:189), segundo o qual:

A partir de 1988 o modelo de intermediação financeira no Brasil novamente mudou: manteve-se a tipologia das operações e das instituições, mas o critério de especialização por instituições foi substituído por especialização de operações. Naquele ano foi permitida a criação de bancos múltiplos, seja por processo de fusão, incorporação, cisão e transformação, seja por constituição direta.

Tal fato representou uma substancial mudança de postura e estratégia por parte dos Bancos, que, ao terem a condição de atuar com a multiplicidade de funções, conseguiram atingir uma fatia maior de mercado, acirrando ainda mais a concorrência até então existente.

2.1.2.5 PLANO REAL

Finalmente, após outros planos econômicos mal sucedidos, é implantado em julho de 1994 o *Plano Real*, que, conforme comenta Fontenla (1996:82) “No bojo de suas medidas, criou um quadro extremamente adverso aos Bancos, que passaram a operar em um ambiente com encolhimento do tamanho do mercado, redução drástica das receitas de floating e aumento no rigor da política monetária” O referido plano, vigente até hoje, criou ambiente muito difícil não só para os Bancos mas para a clientela em geral, que, em sua maioria, premida por juros altos, acabou não honrando seus compromissos junto às instituições Financeiras, criando um nível de inadimplência jamais visto no meio Bancário.

No que tange à mudança na forma de atuação dos bancos a partir da edição do citado plano, ponderam Mendonça de Barros e Almeida Júnior (1997:2) que:

O processo de ajuste do sistema financeiro brasileiro deverá refletir uma profunda modificação no modelo operacional que era seguido previamente à introdução do Plano Real. A receita inflacionária está sendo substituída tanto pelo crescimento da receita proveniente da intermediação financeira (diferença entre os juros recebidos e pagos) quanto pela receita de serviços via cobrança de tarifas.

A situação vivida pelas instituições financeiras, antes da edição do Plano Real, era confortável, pois as altas taxas de inflação davam ganhos expressivos. A situação vivida hoje é bem diferente, forçando os bancos a fornecerem serviços de melhor qualidade, alavancando as receitas obtidas na prestação destas atividades.

Visando a superar o problema da perda da receita que era gerada pela inflação, Mendonça de Barros e Almeida Júnior (1997:4) comentam que uma forma encontrada pelos bancos foi:

Expandir as operações de crédito, lastreadas pelo crescimento abrupto dos depósitos bancários trazidos pelo Plano Real. Os depósitos à vista, por

exemplo, mostraram crescimento de 165,4 % nos seis primeiros meses do Plano Real, e os depósitos a prazo crescimento de quase 40 % para o mesmo período.

A estratégia adotada, *a priori* mostrava-se como correta, pois volume de depósitos expressivos de tal ordem deve ser normalmente direcionado para empréstimos a outros clientes, permitindo aos bancos obterem ganhos com a intermediação financeira.

Tal política, entretanto, não atingiu seu objetivo principal, em vista da falta de critério na concessão de tais créditos. Conforme ponderam Mendonça de Barros e Almeida Júnior (1997:5) “ o resultado desse processo é um crescimento dos empréstimos de liquidação duvidosa, quando ocorre algum choque macroeconômico adverso e uma maior vulnerabilidade do sistema bancário.”

É preciso destacar, também, que a alta expressiva de juros acontecida no início do plano real, mantida durante longo tempo, contribuiu, também, para o alto índice de inadimplência surgido.

2.1.2.6 RESOLUÇÃO BACEN 2682

O último fato marcante da década para o mercado Bancário, foi a edição pelo Banco Central do Brasil – BACEN da resolução 2682, em 22/12/1999, que mudou sobremaneira a forma de classificação dos ativos das Instituições Financeiras.

No artigo 1 da citada resolução, consta que o Banco Central resolveu “Determinar que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem classificar as operações de crédito, em ordem decrescente de risco, nos seguintes níveis: I – nível AA; II – nível A; III – nível B; IV – nível C; V – nível D; VI – nível E; VII – nível F; VIII nível G e IX – nível H.”

A criação por parte do BACEN dos níveis citados acima, trouxe muito maior fidelidade à forma de classificação dos clientes, eliminando por completo prática comum até então existente no mercado bancário de aferir a qualidade da clientela simplesmente como boa ou ruim. Na medida em que os Bancos são obrigados a identificar para cada cliente o nível de risco em que o mesmo deva ser classificado, tem-se uma carteira melhor estruturada e mais confiável. Além disso, a nova forma de classificação permite que as instituições financeiras trabalhem com taxas diferenciadas, de acordo com o nível de classificação de risco do proponente.

Já no artigo 2 daquela resolução, consta que:

A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos: I – em relação ao devedor e seus garantidores: a) situação econômico-financeira; b) grau de endividamento; c) capacidade de geração de resultados; d) fluxo de caixa; e) administração e qualidade de controles; f) pontualidade e atrasos nos pagamentos; g) contingências.

Também neste artigo o BACEN agiu de forma bastante objetiva, fixando critérios para a classificação do risco das operações, não dando margem ao estabelecimento, por parte de cada instituição, de parâmetros próprios, desprovidos de embasamento técnico, restringindo a possibilidade de concessão de créditos de forma empírica, sem que seja dada a devida importância à capacidade do tomador de pagar o empréstimo dentro do cronograma pactuado.

Um detalhe importante que se cabe ressaltar, é que os critérios estabelecidos no artigo 2 da referida resolução, em sua maioria, dizem diretamente respeito ao C Capital, ficando clara a relevância dada pelo BACEN à análise que se deva fazer da situação econômico-financeira do proponente do empréstimo.

Outro aspecto importante que vale lembrar, é a prática comum existente em alguns Bancos notadamente os estaduais, de conceder empréstimos a partir de influências políticas, nas quais normalmente não são observados detalhes importantes relativos exatamente à falta de condição do tomador de honrar o compromisso assumido. Assim, a resolução 2682 cria uma forte expectativa de que tal postura poderá deixar de existir naquelas instituições, ou pelo menos

diminuir sobremaneira sua existência, na medida em que a adoção de procedimento contrário ao previsto na 2682 poderá sujeitar o Banco sanções legais.

O Jornal Gazeta Mercantil, em sua edição de 01/02/2000 comenta que “Pelos novas regras os Bancos estão obrigados a classificar seus clientes de acordo com o nível de risco de cada um e formar provisões para créditos de liquidação duvidosa proporcionalmente à faixa de risco em que o tomador do crédito for enquadrado” Tal medida eliminou, por completo, prática comum dos Bancos de nivelar bons e maus pagadores, valendo-se, para tanto, da inclusão no *spread* (diferença entre o custo de captação e o de aplicação dos Bancos) de uma taxa de risco de crédito calculada pela média dos índices de inadimplência do mercado.

Um dos efeitos da Resolução 2682 em termos de mudanças de procedimentos é que antes de sua edição os Bancos começavam a fazer provisão para créditos de liquidação duvidosa apenas quando seus clientes atrasavam o pagamento de um empréstimo pelo prazo de 60 dias. Com a nova regra, houve uma alteração substancial na citada rotina, em vista de que o provisionamento passou a ser efetuado no momento da concessão do crédito, de acordo com o grau de risco do cliente.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Segundo Marion (1985:51), Demonstrações Contábeis são “*Os relatórios nos quais faz-se a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela Contabilidade. Objetivam relatar às pessoas que se utilizam da contabilidade (usuários) os principais fatos registrados em determinado período*”

Ainda de acordo com Marion (1985:51):

A lei 6404/76, também conhecida como Lei das S/A, estabelece que ao fim de cada período social (12 meses), a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração contábil, as demonstrações relacionadas a seguir, que são

consideradas obrigatórias: Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados do Exercício, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados e Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos.

O Balanço Patrimonial é considerado uma das mais importantes Demonstrações contábeis existentes, sendo conceituado por Marion (1985:53) como “A demonstração contábil que reflete a posição financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um determinado período contábil”

A partir dos números apresentados pelo Balanço Patrimonial, diversas análises podem ser efetuadas, que permitem auferir a real situação econômico-financeira da empresa, possibilitando, também, projetar as perspectivas futuras da Organização.

Já a Demonstração dos Resultados do Exercício, normalmente chamada de DRE, é outra Demonstração contábil importante, que Iudicibus (1985:73) conceitua como “A demonstração onde aparecerão, detalhadamente e dentro de critérios de classificação, as contas de receita, despesa e o lucro ou prejuízo líquido.”

A partir do conceito formulado pelo autor, conclui-se que a DRE descreve de forma objetiva e detalhada todos os itens que compõem o lucro ou prejuízo do período, permitindo à empresa adotar providências no intuito de reduzir despesas, incrementar receitas, otimizando assim seus resultados.

A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA, é conceituada pela LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES (1983:119) como sendo:

Aquela que discriminará, a respeito da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, o seu saldo inicial, os ajustes de exercício anteriores, a correção monetária do saldo inicial, as reversões de reservas, o lucro líquido do exercício, as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo final do período.

Esta demonstração, como se pode observar pelo conceito acima, objetiva apresentar aos usuários e acionistas todas as demonstrações havidas durante o período na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Finalmente, a Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos – DOAR, é, segundo MARION (1985:427) a que “ Explica a variação do Capital Circulante Líquido (capital de Giro Próprio ou Capital de Giro Líquido) ocorrida de um ano para outro. Ajuda-nos a compreender como e porque a Posição Financeira mudou de um exercício para outro.”

Como destaca o autor, a DOAR mostra de forma clara e objetiva os fatos que levaram à mudança da situação financeira da empresa, situação esta que normalmente não se aufere com tanta facilidade nos outros Demonstrativos.

As Demonstrações Financeiras, além de fornecer informações relevantes aos acionistas e demais usuários da Contabilidade, conforme comentado acima, são instrumentos muito utilizados pelos Bancos, que se valem da análise das mesmas para firmar posicionamento acerca da concessão de crédito às empresas em geral.

2.3 OS “C” DO CRÉDITO

Os Bancos Comerciais são orientados, já há bastante tempo, pela Comissão de Crédito da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, a aplicarem a filosofia de análise dos “4 C” (Condições, Caráter, Capacidade e Capital) como base primária para a concessão de crédito.

Alguns autores defendem a existência, também, de outros “2 C”, quais sejam, o Colateral, que diz respeito à garantia e o Conglomerado, que se refere ao Grupo Econômico. Como tais correntes de pensamento não representam consenso entre os estudiosos da contabilidade, estes dois “C” não serão detalhados neste estudo.

O CURSO DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA (1996:15), escrito por contadores do Banco do Brasil, conceitua Condições como “a identificação, classificação e análise das variáveis que influenciam o desempenho da Organização”.

No meio Bancário, é comum ocorrer situações em que o proponente ao empréstimo está inserido num determinado contexto em que variáveis como pouco mercado para seus produtos, equipamentos obsoletos, dentre outros, desaconselham a concessão do crédito.

A respeito de Caráter, entende Schrickel (1997:48) que “é imperativo que o tomador tenha o animus de devolver a coisa após decorrido o prazo convencionado pela partes. O Caráter, relacionado aos empréstimos em geral, diz respeito à determinação de pagar do tomador.”

O caráter do tomador do crédito é ponto importante a ser analisado, pois se sabe que aquele que possui esta qualidade fará o possível para honrar o compromisso assumido com o Banco, mesmo que venha a enfrentar dificuldades financeiras.

O “C” Capital é conceituado pelo Curso de Análise Econômico Financeira (1996:20) como “aquilo que diz respeito às fontes e usos de recursos (de onde veio o recurso e onde foi aplicado) e revela a situação econômico-financeira do cliente”.

É importante para a Instituição Financeira a certeza de que a empresa que solicita o empréstimo está em situação econômico-financeira estável, o que propicia a convicção de que o crédito a ser concedido será utilizado corretamente, de acordo com o projeto apresentado pela empresa.

No que tange à Capacidade, Schrickel (1997:50) diz que “é apreendida e desenvolvida pelo indivíduo através de seu processo de aculturação (conhecimentos gerais e técnicos-específicos) desde os tempos dos bancos escolares até sua profissionalização.”

O Banco, ao analisar a possibilidade de conceder o empréstimo, deve ter claro que só receberá o capital acrescido dos encargos dentro do cronograma pactuado, se a empresa tomadora tiver competência para gerir seus negócios, obtendo a receita necessária para cumprir com seus compromissos.

Enfim, para que o crédito seja concedido, é importante que o proponente possua todos os “4 C”, demonstrando dessa forma ser uma empresa que efetivamente tem condições de aplicar bem o recurso tomado, tendo reais perspectivas de pagá-lo à Instituição Financeira dentro do cronograma pactuado.

2.3.1 O C CAPITAL

Para o exame da situação econômico-financeira de uma empresa, com vistas à avaliação da sua capacidade em termos de segurança, liquidez e rentabilidade, não basta para o Banco conhecer os Demonstrativos Financeiros de apenas um exercício, da empresa interessada no crédito. Segundo Iudícibus (1985:302):

A constatação pura e simples de diversos índices relativos a um único demonstrativo de resultados e um único Balanço, poderá oferecer conclusões de alguma valia para o observador. Entretanto, são conclusões bastante limitadas em relação ao que se poderia obter, comparando esses números com os dos exercícios anteriores.

Pode-se concluir, então, que o ideal é observar os números apresentados nos Demonstrativos Financeiros de dois ou mais exercícios sucessivos, para que se possa extrair indicadores efetivamente confiáveis que permitam balizar a concessão do crédito.

A análise pode ser feita de forma vertical ou horizontal. A primeira, mostra a participação percentual de cada um dos itens das demonstrações financeiras em relação ao somatório de seu grupo. A segunda tem por objetivo auferir a evolução ou involução do saldo das contas a cada exercício contábil.

O objetivo da análise definirá não só o tipo de indicadores a serem utilizados, mas também a postura a ser adotada pela Instituição Financeira. Ao proprietário da empresa importa, fundamentalmente, detectar problemas e pontos fortes existentes para, a partir daí, traçar estratégia no sentido de corrigir as falhas constatadas e que inviabilizam a concessão do crédito.

Já ao Banco interessa saber da viabilidade ou não da aplicação de recursos na empresa, sendo que, em caso negativo, cabe, dentro do possível, prestar assessoria a seu cliente, sugerindo-lhe a adoção de medidas que melhorem sua situação econômico-financeira.

O CURSO DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA (1996:38), formulado por contadores do Banco do Brasil, pondera que:

Num empréstimo de capital de giro de curto prazo, por exemplo, o gerente do Banco, interessado basicamente no retorno seguro dos capitais emprestados, privilegiará os aspectos de liquidez e segurança. Já em se tratando de empréstimo de longo prazo, a Instituição Financeira dará ênfase, também, à capacidade de geração de lucro e à eficiência operacional da empresa, ou seja, ao enfoque da rentabilidade.

Assim, fica claro que, dependendo do tipo de empréstimo que se está concedendo, alguns itens dos Demonstrativos Financeiros apresentados pela empresa interessada no crédito terão a análise priorizada, em detrimento de outros.

Dentre os instrumentos utilizados para verificar a situação econômica-financeira de uma empresa, tem-se os Índices de Análise de Balanço, que segundo Matarazzo (1985:108) vem a ser “a relação entre contas ou grupos de contas das Demonstrações Financeiras, que visa a evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa.”

Os índices formulam esta relação dando uma clara noção da situação da empresa, servindo, portanto, como termômetro na avaliação da saúde financeira da organização.

Os índices, entretanto, não devem ser considerados isoladamente, mas sim sob o aspecto dinâmico e dentro do contexto mais amplo, onde outros indicadores e variáveis devem ser conjuntamente ponderados. Um elevado grau de endividamento não significa, necessariamente, que a empresa esteja à beira da insolvência. Há organizações que convivem com altos níveis de endividamento, sem comprometer sua insolvência, já que outros fatores podem atenuar essa condição.

Ainda a respeito dos indicadores econômico-financeiros, entende Matarazzo (1985:108) “ que a característica fundamental dos índices é fornecer visão ampla da situação econômica ou financeira da empresa.” O posicionamento do autor mostra claramente a função principal dos índices, na medida em que disponibilizam aos analistas de crédito uma posição clara e objetiva do estágio em que se encontra a empresa sob o aspecto econômico e financeiro.

Já Schrickel (1997:220) conceitua tais índices como quocientes e pondera que os mesmos servem para “ diagnosticar a saúde econômico-financeira da empresa.” O posicionamento do autor, que vem ao encontro dos conceitos anteriormente citados sobre o assunto, reitera a importância da análise dos índices no sentido de aferir a condição da empresa no que tange à capacidade de assumir compromissos financeiros.

Finalmente Pereira da Silva (1996:207) registra que “ os índices financeiros são relações entre contas ou grupos de contas das demonstrações financeiras, que têm por objetivo fornecer-nos informações que não são fáceis de serem visualizadas de forma direta nas demonstrações financeiras.” O comentário do autor destaca a importância dos índices também pelo fato de facilitarem o entendimento das informações contidas nas demonstrações contábeis, valorizando, ainda mais, a utilização daqueles indicadores.

Diversos são os índices de análise de balanço hoje existentes. Para este trabalho, utilizou-se a classificação defendida por Matarazzo, segundo a qual os referidos indicadores devem ser divididos em cinco grandes grupos:

- **Índices de Estrutura:** Avaliam a segurança oferecida pela empresa aos capitais alheios e revelam sua política de obtenção de recursos, bem como sua alocação nos diversos itens do ativo. Considera-se que quanto maior forem estes índices, pior é a situação da empresa sob análise. Neste grupo estão os índices de Relação entre as Fontes de Recursos (RFR), Endividamento Geral (EG), Composição das Exigibilidades (CE), Imobilização do Patrimônio Líquido, (IPL) e o Passivo Oneroso sobre Ativo Total (POSA)
- **Índices de Liquidez:** Medem a posição financeira da empresa, em termos de capacidade de pagamento e quanto maior forem seus valores, melhor é a situação da empresa. Fazem parte

desta classe o Índice de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Seca (LS) e o de Liquidez Geral (LG);

- **Índices de Rentabilidade:** Avaliam o desempenho global da empresa, tendo em conta a capacidade de gerar lucros e, quanto maior se apresentarem, melhor é o estágio em que se encontra a proponente do crédito. Compõem esta categoria o Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL), o de Margem Operacional de Lucro (MOL) o de Margem Líquida de Lucro (ML) o de Rotação do Ativo (RA) e o da Rentabilidade dos Investimentos (RI);
- **Indicadores de Prazos Médios:** Revelam a política de compra, estocagem e venda de produtos adotada pela empresa. Inclui-se neste grupamento o Índice de Prazo Médio de Compras (PMC), o de Prazo Médio de Estoques (PME), o de Prazo Médio de Recebimentos (PMR), o do Ciclo Operacional (CO), o do Ciclo Financeiro (CF) e o de Capital de Giro (CDG);
- **Necessidade de Capital de Giro (NCG):** Mostra a carência ou não de capital de giro da empresa. A Necessidade de Capital de Giro é, na realidade, uma consequência da situação retratada pelos índices acima citados, tendo os mesmos, portanto, maior relevância no processo de concessão de empréstimos comparativamente à NCG

Em vista disso e considerando o objetivo principal deste trabalho, será dada maior ênfase ao estudo dos índices de Estrutura, Liquidez e Rentabilidade, pois dizem respeito diretamente à concessão do crédito Bancário.

3. ESTUDO DE CASO

A etapa do trabalho que ora se inicia é, sem dúvida, aquela que desperta a maior curiosidade, pois traz em seu bojo a possibilidade de satisfação de duas grandes expectativas.

A primeira diz respeito à condição de se verificar, na prática, a visão que os profissionais do meio bancário tem a respeito do processo de concessão de crédito. A Segunda, tão importante quanto, é a de aferir o embasamento técnico dos funcionários das instituições financeiras que trabalham na referida área, permitindo traçar um comparativo entre a postura adotada por estes quando da análise de propostas de empréstimos, com aquilo que se ensina e defende nas obras que tratam a respeito do assunto.

Em qualquer profissão, via de regra, não obstante aquilo que existe de fundamentação teórica relativamente ao serviço que se está executando, é comum observar empregados que ao desempenharem suas funções, o fazem adotando procedimentos preponderantemente embasados na experiência própria, os quais, não raras vezes, contrariam as normas existentes.

Trazendo este raciocínio para o meio bancário, sabe-se que também para o processo de crédito há normas e parâmetros a serem seguidos. A sua não observância pode gerar a efetuação de empréstimos que, posteriormente, não serão pagos, o que além de trazer prejuízos à Instituição que o concedeu, impacta negativamente a credibilidade do sistema financeiro.

Nas entrevistas realizadas nos três Bancos visitados, procurou-se apresentar questionamentos que permitissem, não só, a aferição dos parâmetros técnicos utilizados em cada Instituição, mas, também, observar possíveis procedimentos que tivessem por base única e tão somente a experiência do profissional na referida atividade, em desacordo, quem sabe, da boa norma bancária.

Buscou-se, igualmente, abrir espaço aos entrevistados no que tange à liberdade de apresentar ponderações a respeito do assunto, mas que não necessariamente estavam relacionadas

às perguntas formuladas. Desta forma foi possível levantar outros fatos relevantes acerca do tema, os quais, com certeza, facilitaram as conclusões que serão formuladas ao final deste trabalho.

3.1 OS C DO CRÉDITO CLASSIFICADOS PELO GRAU DE IMPORTÂNCIA

Na primeira pergunta, os entrevistados tiveram a oportunidade de manifestar-se acerca do grau de importância que é dado nos Bancos em que trabalham, a cada um dos chamados C do crédito. O questionamento foi formulado apresentando-se a característica principal de cada um dos C, sem citar seu nome especificamente.

Nos três bancos visitados, o ponto mais importante observado com relação ao cliente quando da análise de proposta de empréstimo, é a sua situação econômica-financeira. Segundo os entrevistados, independentemente do tipo de crédito que se está pleiteando, é requisito primordial a verificação da capacidade que a empresa proponente tem de gerar receitas, as quais lhe permitam honrar os compromissos financeiros assumidos, bem como efetuar investimentos que possibilitem mantê-la em condições de competitividade com as concorrentes do ramo em que atua.

Os três bancos foram unânimes, também, no ponto classificado em segundo lugar, qual seja, o da tradição de procurar honrar seus compromissos financeiros. Os entrevistados comentaram que a postura, via de regra, séria e honesta da empresa relativamente aos empréstimos que contrai, confere um certo conforto à Instituição Financeira no que diz respeito à perspectiva de cumprimento, por parte da tomadora, do cronograma de pagamentos pactuado.

Interessante observar, que em dois dos Bancos, antes da edição do Plano Real, o que efetivamente se levava em conta era a tradição da proponente de honrar seus compromissos. O que se viu, entretanto, a partir de então, é que inúmeras empresas tidas sabidamente como sérias, cujos proprietários possuíam, reconhecidamente, ótimo caráter, não conseguiram pagar os

empréstimos contraídos, por absoluta falta de capacidade econômico-financeira. O fato citado foi de suma importância na mudança de postura daqueles Bancos quando da análise de pedidos de empréstimos.

Outro dado que merece destaque é que os três Bancos utilizam e dão grande importância à filosofia dos C do crédito. Entretanto, a maioria dos entrevistados desconhece a terminologia utilizada nas obras que tratam a respeito.

3.2 IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE BALANÇO E DOS ÍNDICES, PARA O PROCESSO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Quando perguntados sobre a importância da análise vertical e horizontal do Balanço, bem como a dos índices econômico-financeiros, para o processo de crédito, os três Bancos visitados destacaram sua alta relevância para a citada atividade. Nas ponderações formuladas, foi deixado claro que, atualmente, não há como conceder empréstimos sem uma análise essencialmente técnica e profissional das demonstrações financeiras apresentadas pela empresa, sendo que cada Banco, normalmente, solicita que o cliente apresente os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações do Resultado do Exercício dos últimos dois anos, visando, a partir da análise horizontal e vertical, aferir o crescimento econômico-financeiro da proponente no referido período.

Outro ponto importante colocado por aqueles funcionários, é que visitas a empresa proponente, além de contatos com seus clientes e fornecedores, são procedimentos importantes que devem ser adotados no intuito de confirmar, *in loco*, a veracidade dos números apresentados no que tange a faturamento, investimentos no imobilizado, dentre outros.

Sob este prisma, vale lembrar a filosofia de trabalho adotado em um dos Bancos visitado, no qual é deixado claro a seus funcionários que estes devem ser analistas de crédito e não somente de Balanço. Assim, deve-se ter, permanentemente, a preocupação de buscar informações que

permitam, de alguma forma, confirmar ou, pelo menos, dar conforto à Instituição Financeira, no que diz respeito à autenticidade dos valores existentes nas demonstrações contábeis apresentadas pela tomadora do empréstimo.

3.3 O GRAU DE RELEVÂNCIA DE CADA GRUPAMENTO DE ÍNDICES

No terceiro item abordado no questionário, foi solicitado aos Bancos objeto de visita, que classificassem os grupamentos de índices econômico-financeiros, de acordo com o grau de importância atribuído a cada um deles. Este ponto foi o que apresentou o maior número de variedades de posicionamentos, havendo entretanto o consenso de que os índices devem ser analisados conjuntamente, sendo difícil atribuir maior relevância a este ou aquele grupamento.

Dois dos Bancos entrevistados dão maior ênfase ao grupamento de estrutura patrimonial, argumentando que a saúde financeira da empresa está diretamente relacionada à origem dos recursos com os quais dá suporte às suas aplicações. Estas mesmas Instituições Financeiras, em consonância inclusive com o que dizem as obras a respeito, ponderam que o ideal é a empresa apresentar um passivo oneroso pequeno, demonstrando assim que realizam um trabalho de qualidade no planejamento e gestão de suas dívidas. Além disso, devem apresentar em seu Balanço Patrimonial uma relação entre as fontes de recursos na qual predominem os capitais próprios, comparativamente aos de terceiros.

O outro Banco visitado, entende que o grupamento mais importante é o dos índices de liquidez, na medida em que a empresa proponente tem de ter números que comprovem sua capacidade de honrar, com relativa folga, os compromissos financeiros que possui. Tal posicionamento justifica-se, inclusive, pela necessidade que o Banco possui de aferir a real perspectiva de que a tomadora do empréstimo terá condições de cumprir, integralmente, cronograma pactuado, sob pena de causar elevado prejuízo financeiro à instituição que lhe concedeu o crédito.

Cabe ressaltar, entretanto, que nos três Bancos entrevistados os grupamentos considerados mais importantes são os de liquidez e estrutura patrimonial, havendo distinção, somente, quanto a maior relevância de um comparativamente ao de outro, que varia de acordo com a Instituição Financeira.

Já no que concerne aos índices considerados mais importantes, dentro de cada grupamento, pode-se dizer que houve consenso entre os três Bancos visitados.

No de Estrutura Patrimonial, os índices considerados mais relevantes, pela ordem, são os de endividamento geral e o da relação entre as fontes de recursos. Ficou latente, quando das entrevistas, a preocupação dos profissionais da área de levantarem, de forma clara e objetiva, o montante do endividamento da proponente, bem como o de aferir um comparativo entre as origens dos recursos utilizados pela empresa (próprios X terceiros), procedimentos estes que denotam uma postura conservadora e cautelosa, tendo claro sempre a necessidade maior de se ter uma real perspectiva de que o montante emprestado será, efetivamente, pago dentro do cronograma acertado com o cliente.

Relativamente aos índices de liquidez, a unanimidade recaiu sobre a liquidez seca, com os entrevistados afirmando diversas vezes que a segurança que a empresa tem e deve transmitir de que honrará seus compromissos, não deve ter por base o estoque que possui.

Nos indicadores de rentabilidade, as Instituições visitadas deixaram clara a posição de que o índice que mostra a rentabilidade que foi obtida relativamente ao Patrimônio Líquido é o mais importante. O testemunho apresentado nas entrevistas, é de que uma empresa que possui boa saúde financeira deve, necessariamente, remunerar os recursos que os sócios injetam nela em patamares superiores ao rendimento que aufeririam em aplicações efetuadas no mercado financeiro.

Finalmente no que tange aos indicadores de prazos médios, foi interessante observar a posição dos entrevistados de que, via de regra, deve-se dar maior relevância aos índices de prazo médio de compras, de estoques e de recebimento, de forma conjunta e nunca isoladamente.

Segundo os profissionais da área, estes indicadores estão intimamente ligados, sendo que uma empresa que administra bem aquilo que tem para vender, obrigatoriamente pactua prazos com seus clientes e fornecedores de forma articulada, mantendo dessa forma seu giro com recursos não onerosos.

3.4 ASPECTOS INSATISFATÓRIOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O próximo assunto abordado no questionário, abriu espaço aos entrevistados para que se manifestassem sobre possíveis aspectos que tornassem as informações contidas nas demonstrações contábeis, insatisfatórias para o processo de concessão do crédito.

A grande questão levantada notadamente em dois Bancos, diz respeito ao risco de que os números apresentados no Balanço Patrimonial e na Demonstração do resultado do Exercício, possam não espelhar a realidade vivida pela empresa no momento em que pleiteia o empréstimo, com risco, inclusive, de manipulação daqueles dados com este fim.

A outra instituição visitada, ponderou que as demonstrações contábeis, por serem expressas em valores históricos, sem atualização, não atendem totalmente à necessidade que o Banco tem de aferir a real situação econômico-financeira da proponente.

O que foi consenso, entretanto, entre os três Bancos entrevistados é que, paralelamente à análise das demonstrações apresentadas, deve-se efetuar visitas periódicas à empresa proponente/tomadora do empréstimo, oportunidade em que se tem a condição de observar seu movimento diário, volume vendido, além de identificar outros aspectos relativos à sua estrutura física, fatores estes que permitem firmar um conceito a respeito da mesma.

Outra rotina importante utilizada pelas Instituições Financeiras visitadas, é a de ter em seu Banco de dados os principais indicadores dos Balanços anuais publicados pelas empresas que, normalmente, utilizam empréstimos, possibilitando dessa forma a disponibilização de

informações acerca da saúde financeira da empresa ao longo dos anos, a partir da série histórica existente.

3.5 O INCREMENTO NO VOLUME DE CONCESSÃO DE CRÉDITO BANCÁRIO

Em consonância com os objetivos específicos deste trabalho de monografia, buscou-se no questionário realizado aferir, também, a ocorrência de incremento ou retração no volume de crédito concedido nos últimos três anos, por parte dos Bancos visitados.

Em duas das Instituições entrevistadas, foi deixado claro que a política utilizada no período objeto do questionamento, foi a de procurar conceder empréstimos de menor valor mas que atendessem um maior número de empresas. A estratégia adotada tem se mostrado eficiente, na medida em que dilui o risco, reduz a inadimplência e, por conseguinte, aumenta a receita auferida. Como consequência maior desse processo, houve, nestes dois Bancos, um aumento considerável do montante de recursos disponibilizados sob a forma de empréstimos ao setor empresarial, sem que se tenha deixado de lado a rigidez e profissionalismo, quando da análise da saúde financeira das proponentes.

O outro Banco visitado, por estar enfrentando processo de mudança considerável em sua diretoria, aliado ao fato de ter apresentado números ruins nos três últimos balanços, vem restringindo sua política creditícia, em vista, também, das perspectivas incertas que possui em termos de controle acionário.

3.6 A RESOLUÇÃO 2682 DE 22/12/1999 E O PROCESSO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Após os questionamentos a respeito dos índices econômico-financeiros, passou-se a discussão dos efeitos causados ao processo de concessão de crédito bancário, pela edição da Resolução 2682 do Banco Central do Brasil.

Diversas foram as ponderações efetuadas, todas no sentido de que a referida norma favoreceu, sobremaneira a atividade bancária no que tange à liberação de empréstimos.

O ponto mais relevante indicado, foi o que diz respeito à padronização de critérios por parte dos Bancos no que tange ao risco operacional de cada cliente. Com o surgimento da Resolução 2682, os referidos parâmetros foram colocados de forma clara e objetiva, não havendo espaço para que as Instituições Financeiras classifiquem as pessoas físicas e jurídicas que com elas operam de forma diferente à permitida pela lei.

Outra questão importante colocada, é que a referida norma tornou mais seletiva a concessão do crédito, na medida em que empréstimos efetuados para clientes classificados com risco superior a “D”, tem 100% do seu valor provisionado como de liquidação duvidosa. Assim a tendência ou, porque não dizer, necessidade dos Bancos, é emprestar recursos para aqueles que possuem risco menor, viabilizando dessa forma um ativo de melhor qualidade.

Outra vantagem apontada pela criação da 2682, foi a de que a partir de então os Bancos foram forçados a dar maior atenção aos aspectos econômico-financeiros do proponente (C capital), o que trouxe mais segurança ao processo, com conseqüente redução na inadimplência, sendo que tais fatos favorecem a alavancagem do volume de recursos disponibilizados.

Ainda sobre o assunto, foi verificado no questionário se os Bancos entrevistados observam ou não, em sua totalidade, os critérios de classificação de risco dos clientes, preconizados no artigo 2 daquela Resolução. As três Instituições Financeiras visitadas foram unânimes em afirmar

que seguem à risca aqueles parâmetros, fazendo-o dessa forma não só por exigência legal mas, também e principalmente, pela maior tranquilidade e conforto que conseguem ter, ao analisarem a capacidade financeira do proponente.

Pelos depoimentos observados, fica latente, portanto, a segurança que a Resolução 2682 trouxe aos Bancos, na medida em que padroniza procedimentos de classificação de risco dos clientes, não abrindo espaço para o estabelecimento de parâmetros particulares de cada Instituição. Além disso, favoreceu a concessão de créditos aos clientes com melhor condição econômico-financeira, os quais possuem menor risco, diminuindo, por conseguinte, a inadimplência, trazendo também mais credibilidade ao setor bancário.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Inúmeras são as conclusões e recomendações que o trabalho de monografia que ora se encerra permite sejam levantadas.

A primeira e principal conclusão, que na realidade é uma confirmação daquilo que se supunha quando do início desta atividade de pesquisa, é que o chamado C Capital é efetivamente o aspecto considerado mais importante pelos Bancos, quando da análise de propostas de empréstimos. Cabe ressaltar, conforme citado anteriormente, que a maioria dos funcionários das Instituições visitadas, trabalham e levam em conta os parâmetros do C Capital, não utilizando entretanto, a referida terminologia, o que, considerando o bojo da questão, torna-se irrelevante.

Ainda sobre a importância dada pelos Bancos aos aspectos econômico-financeiros das empresas proponentes, fica cristalina a certeza de que a concessão de crédito, atualmente, tem como balizadores principais aspectos realmente objetivos, que remetem à efetiva capacidade da potencial tomadora do empréstimo de honrar o compromisso assumido, cumprindo tempestivamente o cronograma de reposição pactuado com a Instituição Financeira.

Sob este prisma, outra conclusão importante a que se chega é que a análise vertical e horizontal de balanços sucessivos, em média de dois exercícios, bem como a aferição dos índices econômico-financeiros, são os principais instrumentos utilizados pelos Bancos na análise do C Capital, ficando clara, também, prática de procedimentos comuns nas três Instituições visitadas, rotinas estas calcadas, eminentemente, em normas técnicas, que conferem ao processo de concessão de crédito um elevado grau de profissionalismo.

Como era de se esperar, algumas ressalvas foram feitas relativamente às informações disponibilizadas pelas demonstrações financeiras, notadamente ao fato de representarem uma situação que não é, rigorosamente, a atual da empresa proponente. Tal fato permite, também, concluir, que os Bancos procuram, com agilidade e presteza, confirmar através de visitas e/ou pesquisas que efetuam junto à praça, tais dados, o que mostra que os funcionários destas

Instituições atuam efetivamente como analistas de crédito e não se prendem, somente, ao estudo dos índices econômicos levantados a partir das demonstrações apresentadas, não obstante a importância destes indicadores, conforme atestado diversas vezes pelos entrevistados.

Outra lição que se tira deste trabalho de monografia, é acerca da grande importância da Resolução 2682 para o processo de concessão de crédito, norma esta que ao padronizar os critérios de classificação de risco dos clientes, levou os Bancos a priorizarem a concessão de empréstimos àquelas empresas que, efetivamente, tem condições de pagá-los, a partir da real capacidade financeira que possuem. A certeza que fica é que a Resolução, com todos os efeitos positivos que conferiu à atividade creditícia, trouxe, paralelamente, maior credibilidade ao sistema financeiro nacional.

Como última conclusão, dentre as tantas a que se pode chegar com este trabalho, tem-se que o processo de concessão de crédito bancário, dado o embasamento essencialmente técnico que hoje possui, restringe, na quase totalidade, a adoção, por parte dos Bancos, de medidas de cunho eminentemente político, as quais viabilizaram, anos atrás, a liberação de empréstimos a empresas que, sabidamente, não tinham a real capacidade de assumir qualquer compromisso financeiro com aquelas Instituições.

Enfim, a convicção que fica é que a concessão de crédito, atividade principal do meio bancário, é realizada com profissionalismo, embasada prioritariamente em aspectos técnicos, o que ajuda a conferir ao sistema financeiro nacional uma maior credibilidade, na medida em que são favorecidos de tais créditos aqueles que efetivamente os merecem e que, com sua correta utilização, ajudam no desenvolvimento social e econômico do País.

No que tange às recomendações, deve-se sugerir, inicialmente, que outros estudos sejam efetuados, focalizando mais detalhadamente a importância dos outros C do crédito na concessão de empréstimos bancários, permitindo assim que se tenha uma noção ainda melhor da principal atividade executada pelos Bancos.

Outra proposta que o trabalho permite formular, é que numa próxima oportunidade o estudo seja realizado abrangendo um maior número de Bancos, o que, *a priori*, supõe o levantamento de dados ainda mais fiéis acerca da importância do C Capital para o citado processo.

Finalmente, fica a sugestão para que o meio acadêmico viabilize estudos acerca de critérios para análise e concessão do crédito que é oferecido por parte do comércio, o que, com certeza, será de grande valia para os empresários daquele setor.

5. BIBLIOGRAFIA

- ALVES FILHO, Antônio. Adaptação Estratégica na Empresa Pública do Setor Bancário: O caso do Banco do Estado de Santa Catarina; Florianópolis, 2000.
- ASSAF NETO, Alexandre. Instituições Financeiras; São Paulo, Atlas, 1990.
- BARROS, J.R.M. & ALMEIDA JÚNIOR, M.F. Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil; Brasília, 1997.
- BRASIL, Banco Central do. Resolução 2682; Brasília, 1999
- BRASIL, Banco do. Curso de Análise Financeira do Crédito; Brasília, FBB, 1998.
- BRASIL, Haroldo Vinagre & Brasil, Haroldo Vinagre Filho. Gestão financeira das empresas – Um modelo dinâmico; Rio de Janeiro, Qualitymark, 1991.
- FLORENTINO, Américo Mateus. Análise Contábil; Rio de Janeiro, FGV, 1984.
- FONTANELA, Vicente Paz. O Sistema Financeiro do Brasil; São Paulo, Atlas, 1996.
- IUDÍCIBUS, S. & GELBCKE, E.R. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações; São Paulo, Atlas, 1995.
- IUDICIBUS, Sérgio de. Análise de balanços; São Paulo, Atlas, 1978.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade introdutória; São Paulo, Atlas, 1985.
- MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial; São Paulo, Atlas, 1990.
- MARTINS, Elizeu. Administração financeira, São Paulo, Atlas, 1991.

MATARAZZO, Dante Carmine. Análise financeira de balanços; São Paulo, Atlas, 1995.

MATARAZZO, Dante C. Análise financeira de balanços – Abordagem Básica; São Paulo, Atlas, 1985.

MATARAZZO, Dante C. Análise financeira de balanços – Abordagem Gerencial; São Paulo, Atlas, 1991.

MERCANTIL, Gazeta. Novas regras para os Bancos classificarem seus créditos; Brasília, 2000.

PFALTZGRAFF, Rogério. Manual de análise de balanço, São Paulo, Cultrix 1989.

ROSSETTI, José Paschoal. História do Sistema Financeiro Nacional; São Paulo, Atlas, 1983.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. Análise de crédito – Concessão e gerenciamento de empréstimos; São Paulo, Atlas, 1997.

SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas; São Paulo, Atlas, 1996.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

1. Classifique os itens abaixo, de acordo com o grau de importância dado por esse Banco, quando da análise de pedido de concessão de crédito formulado por uma empresa
 - Situação do mercado em que atua;
 - Tradição de procurar honrar seus compromissos;
 - Competência empresarial;
 - Situação econômico-financeira

2. Para aferir a situação econômico-financeira da empresa proponente, esse Banco entende que a análise vertical e horizontal do Balanço, além da aferição dos índices econômico-financeiros, é:
 - Muito importante
 - Importante
 - Pouco importante
 - Sem importância

3. Classifique os grupamentos de índices abaixo relacionados, de acordo com o grau de importância considerado por esse Banco, quando da análise de Balanço
 - Os de Estrutura Patrimonial (RFR, EG, CE, IPL e POSA)
 - Os de Liquidez (LC, LS e LG)
 - Os de Rentabilidade (RPL, MOL, ML, RA, RI)
 - Os de Prazos Médios (PMC, PME, PMR, CO e CF)

4. Utilize a tabela de índices que consta ao final deste questionário, para indicar, dentro de cada grupamento, quais os considerados mais importantes por esse Banco.

5. Na sua opinião, quais os aspectos insatisfatórios da análise das demonstrações contábeis, para o processo de concessão de crédito?
6. Nos últimos 3 anos houve incremento ou retração no volume de crédito concedido por esse Banco?
7. Na sua opinião, a Resolução 2682 favoreceu ou restringiu a política de concessão de crédito praticada pelo Sistema Bancário? Por que?
8. Essa Instituição Financeira tem utilizado todos os critérios constantes do artigo 2 da Resolução 2682 para classificar o grau de risco de seus clientes, nas operações de crédito? Em caso negativo, pedimos informar quais dos quesitos estão sendo efetivamente considerados.

Obs: Utilize a relação de índices abaixo, para responder à questão n.4

1. Para cada grupamento de índices relacionado abaixo, identifique quais indicadores são considerados mais importantes por esse Banco.

1.1 **ÍNDICES DE ESTRUTURA:**

RFR – Relação entre as Fontes de Recursos
EG – Endividamento Geral
CE – Composição das Exigibilidades
IPL – Imobilização do Patrimônio Líquido
POSA – Passivo Oneroso sobre Ativo Total

1.2 **ÍNDICES DE LIQUIDEZ:**

LC – Liquidez Corrente
LS – Liquidez Seca
LG – Liquidez Geral

1.3 **ÍNDICES DE RENTABILIDADE:**

RPL – Rentabilidade do Patrimônio Líquido

MOL – Margem Operacional Líquida

ML – Margem Líquida de Lucro

RA – Rotação do Ativo

RI – Rentabilidade dos Investimentos

1.4 **ÍNDICES DE PRAZOS MÉDIOS:**

PMC – Prazo Médio de Compras

PME – Prazo Médio de Estoques

PMR – Prazo Médio de Recebimentos

CO – Ciclo Operacional

CF – Ciclo Financeiro